



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 1

PARECER PRÉVIO Nº 071/2015 — TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 10931/2014.

Apensos: Processos nºs. 10612/2013, 10603/2013, 10604/2013, 10602/2013, 10607/2013 e 11347/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Manicoré.

4- Exercício: 2013.

5- Responsável: Sr. Lúcio Flávio do Rosário, Prefeito e Ordenador de Despesas à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Informação nº 116/2015 (fls. 1964/1965).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 663/2015-MP-RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fl. 1967).

8- Relator: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Manicoré. Exercício de 2013.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das Contas Anuais.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, II, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em divergência**, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

EMITE PARECER PRÉVIO recomendando a **APROVAÇÃO COM RESSALVAS** das Contas Gerais da Prefeitura do Município de Manicoré, referente ao exercício de 2013, sob responsabilidade do **Sr. Lúcio Flávio do Rosário**, Prefeito Municipal e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 1º, I, c/c o art. 58, alínea “c”, da Lei nº 2.423/96 e art. 11, inciso III, alínea “a”, item 1, da Resolução TCE/AM nº 04/2002.

10- Ata: 45ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 16 de dezembro de 2015.



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 2

PARECER PRÉVIO Nº 071/2015 — TCE – TRIBUNAL PLENO

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 071/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 071/2015)

1- Processo TCE nº 10931/2014.

Aposos: Processos nºs. 10612/2013, 10603/2013, 10604/2013, 10602/2013, 10607/2013 e 11347/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Manicoré.

4- Exercício: 2013.

5- Responsável: Sr. Lúcio Flávio do Rosário, Prefeito e Ordenador de Despesas à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Informação nº 116/2015 (fls. 1964/1965).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 663/2015-MP-RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fl. 1967).

8- Relator: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual.
Prefeitura Municipal de Manicoré. Exercício
de 2013.

*Contas regulares com ressalvas. Multa.
Prazo. Recomendações ao Poder Executivo
de Manicoré e ao Conselho Municipal de
Saúde. Determinações.*

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade** nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, **em divergência**, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

9.1- Julgar Regulares com Ressalvas as Contas da Prefeitura Municipal de Manicoré, referente ao exercício de 2013, tendo como responsável o **Sr. Lúcio Flávio do Rosário**, Prefeito e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 19, inciso II c/c o art. 22, inciso II, da Lei nº 2.423/96, em razão das falhas neste Voto apreciadas;

9.2- Multar o Sr. Lúcio Flávio do Rosário, Prefeito e Ordenador de Despesas, no valor de **R\$ 9.645,07** (nove mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e sete centavos), referentes à 22% do valor previsto no art. 54, §2º, da Lei nº 2.423/96, c/c o art. 1º, da Resolução TCE/AM nº 25/2012, conforme estabelece o art. 53, parágrafo único, da Lei nº 2.423/96, pelas impropriedades constantes dos itens 1, 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5, 3, 4, 7, 11, 12, 13, 14 (subitem c), 15 (subitem b), 21.1, 22.1, 22.2 e 22.3, do relatório/voto;

9.3- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias, para que o **Sr. Lúcio Flávio do Rosário**, recolha o valor da multa que lhe fora aplicada aos cofres públicos (art. 72, III, “c”, da Lei nº 2423/96), ficando a DICREX autorizada, caso expirado esse prazo sem o devido pagamento, a tomar as providências para iniciar a sua execução administrativa, adotando as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 4/2002-TCE/AM;



ACÓRDÃO Nº 071/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 071/2015)

9.4- Recomendar ao Poder Executivo de Manicoré, sob pena de aplicação de multa pela reincidência nos mesmos atos, que:

9.4.1- atente aos prazos para encaminhamento dos balancetes mensais, dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária e dos Relatórios de Gestão Fiscal, via ACP/GEFIS (itens 1 e 2);

9.4.2- implante, se ainda inexistente, Sistema de Informação ao Cidadão com instalações físicas de atendimento a interessados (item 3);

9.4.3- cumpra os ditames dos arts. 31 e 74, da CF/88 e do art. 76, da Lei n.º 4.320/64 e capacite e treine os servidores designados para esta função, a fim de criar um sistema que efetivamente controle, gerencie, avalie e analise os objetivos, os recursos e as metas do Poder Público (item 4);

9.4.4- tome medidas no sentido de conscientizar a população, de modo de que os tributos possam ser arrecadados de forma mais efetiva (item 10);

9.4.5- observe com rigor o cumprimento das regras da Lei de Licitações (Lei n.º 8.666/93), sobretudo no que diz respeito à cotação de preços, à publicação dos atos em imprensa oficial e ao Parecer técnico ou jurídico devidamente assinado (item 14);

9.4.6- instrua seus projetos básicos com plantas e projetos mais detalhados e completos, visando à boa e regular execução de suas obras/serviços de engenharia (itens 20 a 22);

9.5- Recomendar ao Conselho Municipal de Saúde o cumprimento rigoroso do art. 77, § 3.º, da ADCT da Constituição Federal/88, mediante efetivos acompanhamento e fiscalização do Fundo Municipal de Saúde, a fim de obter resultados positivos na gestão dos recursos e atingir as metas das ações de saúde (item 18);

9.6- Determinar à próxima **Comissão de Inspeção da DICAMI** que avalie a correção dos controles específicos de almoxarifado, com registro contínuo e permanente de controle de entrada e saída dos objetos, bem como da existência dos estoques (item 8 do relatório/voto);

9.7- Determinar à próxima **Comissão de Inspeção da DICOP** que vistorie os objetos dos Contratos nº 384/2013, nº 372/2013, nº 410/2013, nº 388/2013 e 406/2013 – uma vez que estes encontram-se em execução – quanto à boa e regular aplicação dos recursos públicos;

9.8- Determinar à **DEATV** que, quando do análise da Prestação de Contas do Convênio nº 019/2013-SEINFRA – e seus respectivos termos aditivos, avalie, no Plano de Trabalho do referido convênio, o projeto de drenagem, o projeto de pavimentação e o projeto geométrico e seus complementares, segundo Orientação Técnica do Instituto Brasileiro de Obras Públicas (IBRAOP) OT-IBR 001/2006 c/c Resolução nº 27/2012 do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (item 20 do relatório/voto).

10- Ata: 45ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 16 de dezembro de 2015.



ACÓRDÃO Nº 071/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 071/2015)

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral